

## **Nota explicativa que acompanha a proposta de revisão das Orientações relativas a auxílios estatais à proteção ambiental e à energia 2014-2020<sup>1</sup>**

A Comissão publicou para consulta uma proposta de revisão das Orientações relativas a auxílios estatais à proteção ambiental e à energia 2014-2020 («EEAG»). Os cidadãos e as partes interessadas são convidados a manifestarem os seus pontos de vista sobre esta proposta e sobre como consideram que as orientações revistas contribuiriam para alcançar os objetivos da neutralidade carbónica, eficiência e circularidade da energia e dos recursos, redução da poluição e biodiversidade do Pacto Ecológico Europeu de forma eficaz em termos de custos, limitando, simultaneamente, possíveis distorções da concorrência. Esta consulta pública terá uma duração de oito semanas. Além disso, como já havia sido anunciado na avaliação de impacto inicial, será realizada uma reunião com os Estados-Membros para recolher as suas opiniões sobre o projeto de orientações proposto para consulta. As informações recolhidas por meio desta consulta contribuirão para a avaliação do impacto em que se baseará a revisão.

Em novembro de 2020, a Comissão publicou uma avaliação de impacto inicial para informar os cidadãos e as partes interessadas sobre a iniciativa de revisão das EEAG e lançou uma consulta pública com base num questionário para recolher as opiniões das partes interessadas a título de contributo para a revisão. Ao mesmo tempo, a Direção-Geral da Concorrência lançou um convite à apresentação de contribuições à escala europeia para um debate sobre a melhor forma de a política de concorrência da UE apoiar o Pacto Ecológico. A este seguiu-se uma conferência, organizada pela vice-presidente executiva, Margrethe Vestager, em 4 de fevereiro de 2021, que reuniu as diversas perspetivas sobre este tema importante, as quais também contribuíram para a presente revisão.

A presente nota explicativa visa esclarecer o objetivo e o âmbito da proposta de revisão. A presente nota acompanha a consulta pública sobre a proposta de Orientações relativas a auxílios estatais à proteção do clima e do ambiente e à energia 2022 («CEEAG»).

### **1. Contexto**

A Comissão definiu o Pacto Ecológico Europeu como uma das suas principais prioridades, com o objetivo de transformar a UE numa sociedade equitativa e próspera, dotada de uma economia moderna, eficiente na utilização dos recursos e competitiva. As ambições da Comissão no domínio climático foram reforçadas em 2019 com a Comunicação Pacto Ecológico Europeu<sup>2</sup>, que fixa um objetivo de, em 2050, ter zero emissões líquidas de gases com efeito de estufa. Para colocar a UE numa trajetória responsável que lhe permita alcançar a neutralidade climática até 2050, a Comissão propôs igualmente uma redução das emissões de gases com efeito de estufa de, pelo menos, 55 % até 2030<sup>3</sup>. Estas metas ambiciosas foram consagradas no texto da proposta de Lei do Clima.

A consecução dos objetivos de neutralidade carbónica, eficiência e circularidade energética e dos recursos, redução da poluição, biodiversidade e acompanhamento da transição ecológica exigirá esforços significativos e apoio específico. Para alcançar o nível de ambição fixado pelo Pacto Ecológico, será necessário efetuar investimentos significativos, nomeadamente mais investimentos na

---

<sup>1</sup> JO C 200 de 28.6.2014, p. 1.

<sup>2</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, «Pacto Ecológico Europeu», COM(2019) 640 final de 11 de dezembro de 2019.

<sup>3</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, «Reforçar a ambição climática da Europa para 2030 — Investir num futuro climaticamente neutro para benefício das pessoas», COM(2020) 562 final de 17 de setembro de 2020.

energia renovável. A Comissão estima que, para alcançar as metas em matéria de clima e energia para 2030, recentemente revistas em alta, será necessário um investimento anual suplementar de 350 mil milhões de EUR. A dimensão deste desafio de investimento exige a mobilização eficaz em termos de custos de fundos do setor privado e públicos, o que afetará todos os setores e, por conseguinte, a economia no seu conjunto.

As regras em matéria de auxílios estatais têm um importante papel a desempenhar na facilitação da consecução dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu e do Mecanismo para uma Transição Justa. A Comunicação Pacto Ecológico Europeu refere especificamente que as regras relativas a auxílios estatais devem ser revistas para refletir estes objetivos políticos, para apoiar uma transição eficaz em termos de custos para a neutralidade climática e para facilitar a eliminação progressiva das subvenções aos combustíveis fósseis, em especial os mais poluentes, garantido, simultaneamente, condições de concorrência equitativas no mercado interno.

As atuais EEAG, que datam de 2014, chegarão ao seu termo em 31 de dezembro de 2021. Pretende-se, portanto, que as novas orientações entrem em vigor no início de 2022.

Em 2019, a Comissão realizou um balanço de qualidade do pacote de modernização dos auxílios estatais, que foi publicado em 30 de outubro de 2020<sup>4</sup>.

Os resultados demonstraram que as EEAG e as regras do Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RGIC) relativas à proteção do ambiente e à energia, de modo geral, têm obtido resultados no apoio às metas climáticas, mas haveria que simplificar e modernizar determinados aspetos de molde a minimizar as distorções das trocas comerciais e da concorrência. Além disso, o Pacto Ecológico Europeu exige uma revisão mais ampla e profunda das EEAG, para que estas estejam à altura do desafio do Pacto Ecológico.

A revisão das orientações depende da avaliação e de diversas fontes de provas e dados, nomeadamente a prática decisória, um estudo externo e contributos das partes interessadas. A Comissão recolheu pontos de vista por meio de uma consulta pública realizada em 2020, os quais serão completados pelas opiniões recebidas na presente consulta pública.

Paralelamente, o RGIC é também objeto de um processo de revisão parcial das disposições pertinentes que completam as constantes das presentes orientações. Espera-se que, durante o verão de 2021, seja realizada uma consulta pública relativa à proposta de revisão das referidas disposições.

## **2. Lógica subjacente à revisão**

A revisão alicerça-se sobretudo:

- num alargamento do âmbito de aplicação das orientações a novos domínios (por exemplo, a mobilidade limpa, a biodiversidade) e a todas as tecnologias capazes de concretizar o Pacto Ecológico, permitindo montantes de auxílio mais elevados (100 % do défice de financiamento) e novos instrumentos de auxílio (por exemplo, contratos para diferenciais de carbono);
- numa flexibilização das regras de compatibilidade com uma avaliação simplificada de medidas transversais e, de modo geral, sem notificações individuais para projetos ecológicos de grandes dimensões em regimes aprovados.

---

<sup>4</sup> <https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/2044-Fitness-check-of-2012-State-aid-modernisation-package-railways-guidelines-and-short-term-export-credit-insurance>.

Este âmbito mais lato das orientações tem de se fazer acompanhar por garantias para assegurar que os auxílios são efetivamente dirigidos para onde são necessários a fim de melhorar a proteção do ambiente, se limitam ao necessário para alcançar as metas ambientais e não distorcem a concorrência ou a integridade do mercado interno. Esta revisão pretende igualmente assegurar o alinhamento e a coerência com a legislação e as políticas da UE pertinentes nos domínios do ambiente e da energia.

No que respeita à eliminação progressiva dos subsídios aos combustíveis fósseis, as orientações propostas explicam que, de modo geral, é pouco provável que as medidas que envolvem o apoio aos combustíveis fósseis mais poluentes criem efeitos ambientais positivos e que, muitas vezes, estas comportam efeitos negativos importantes, porquanto são suscetíveis de aumentar as externalidades ambientais negativas no mercado. O mesmo se aplica às medidas que envolvem novos instrumentos no setor do gás natural, exceto se for demonstrado que os investimentos são compatíveis com a meta climática da União para 2030 e a meta da neutralidade climática para 2050. Por conseguinte, indica-se nas orientações propostas que, para essas medidas, é pouco provável que o critério do equilíbrio resulte numa conclusão positiva (sendo, portanto, pouco provável a possibilidade de auxílios estatais).

No que respeita à revisão das disposições pertinentes do GBER, pretende-se facilitar mais os investimentos ecológicos alargando o âmbito a domínios emblemáticos como a infraestrutura da mobilidade limpa e a biodiversidade e reanalizando as disposições em matéria de eficiência energética nos edifícios e de eficiência dos recursos para torná-las mais funcionais. Além disso, tornar-se-á as regras mais flexíveis no que respeita à definição de custos elegíveis e intensidades de auxílio.

As secções que se seguem apresentam uma visão global das principais alterações consideradas pela Comissão nesta fase do processo de revisão. O texto do projeto de orientações proposto para consulta não é definitivo e será reavaliado à luz das opiniões e das provas recebidas na consulta pública.

### **3. Auxílios à redução das emissões e remoção de gases com efeito de estufa, nomeadamente por meio do apoio à energia renovável**

Para facilitar, tanto quanto possível, a consecução das metas climáticas da União, procede-se ao alargamento do âmbito das orientações propostas a todas as tecnologias que reduzem os gases com efeito de estufa e melhoram a eficiência energética. Esta secção das orientações evita deliberadamente mencionar tecnologias específicas, dado que se pretende permitir todas as tecnologias e abordagens capazes de dar um contributo, bem como assegurar que as orientações estão tão preparadas para o futuro quanto possível. No entanto, o apoio à energia renovável seria plenamente abrangido por esta secção, continuando a ser possíveis os regimes específicos renováveis no âmbito destas regras de modo a assegurar que os Estados-Membros dispõem dos instrumentos necessários para contribuir para a consecução das metas da União em matéria de energia renovável.

Para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e/ou melhorar a eficiência energética, será possível conceder auxílios à totalidade dos custos suplementares líquidos de atividades e investimentos mais respeitadores do ambiente, nomeadamente contratos para diferenciais, sob reserva das regras que asseguram que a formação dos preços no mercado não é indevidamente distorcida.

Para reforçar a transparência, bem como para assegurar a correta calibração da flexibilidade suplementar e incentivar a participação das partes interessadas na conceção das medidas de apoio, as CEEAG introduzem o requisito de consulta pública quanto às principais características do regime pretendido em certas circunstâncias.

Para assegurar que os auxílios são necessários e desencorajar os auxílios a investimentos menos eficazes em termos de custos na descarbonização, os Estados-Membros terão de identificar claramente o custo de todos os tipos de projetos apoiados de proteção do clima em termos de montante de auxílio

por unidade de redução de gases com efeito de estufa conseguida (EUR/teCO<sub>2</sub> reduzida). Porém, não será exigida a utilização deste parâmetro como base de seleção dos projetos a auxiliar.

Para reduzir a sobrecompensação e as distorções do mercado, os procedimentos de concurso competitivos constituem o mecanismo padrão para a concessão de auxílio e o estabelecimento do nível do auxílio. Salvo justificação em contrário, a participação nos concursos deve estar aberta, tanto quanto possível, a tecnologias concorrentes nos Estados-Membros capazes de alcançar o objetivo visado de redução das emissões de gases com efeito de estufa.

A Comissão procura igualmente obter observações especificamente sobre a inclusão dos auxílios à remoção de gases com efeito de estufa do meio ambiente no âmbito de aplicação das orientações. As tecnologias que permitem a remoção de gases com efeito de estufa do ar ambiente podem contribuir para a consecução das metas da UE, mas não devem conduzir à redução dos esforços tendentes a esgotar todos os outros meios disponíveis de prevenção e redução das emissões. Além disso, existem casos de investimento privado e não subvencionado no setor da remoção de gases com efeito de estufa, o que indica que os auxílios podem não ser necessários em todos os casos. As observações formuladas constituirão uma base importante de uma decisão esclarecida sobre a questão de saber se a remoção de gases com efeito de estufa deve ou não ser incluída no âmbito de aplicação das orientações.

#### **4. Outros auxílios ambientais**

##### *4.1. Auxílios à melhoria do desempenho energético e ambiental dos edifícios*

Para alcançar a meta para 2030 de uma redução de, pelo menos, 55 % das emissões, a UE tem de reduzir em 60 % as emissões de gases com efeito de estufa provenientes dos edifícios. A Comunicação da Comissão Vaga de Renovação<sup>5</sup> estabelece a ambição de, no mínimo, duplicar as taxas de renovação nos próximos dez anos e assegurar que as renovações conduzem a uma maior eficiência energética e dos recursos.

Para facilitar as renovações profundas, os Estados-Membros poderão combinar os auxílios à melhoria da eficiência energética dos edifícios com os auxílios a quaisquer investimentos que melhorem o seu desempenho energético ou ambiental, como a infraestrutura para a produção e o armazenamento de energia renovável no local, pontos de carregamento de veículos elétricos e equipamento de digitalização.

Para assegurar que os auxílios proporcionam uma melhoria efetiva da eficiência energética, será necessário um nível mínimo de economias de energia. As medidas de auxílio que geram economias significativas de energia serão elegíveis para efeitos de uma majoração ecológica.

As orientações propostas incluem regras específicas para os auxílios a empresas de serviços energéticos (ESCO) para facilitar os contratos de desempenho energético.

##### *4.2. Auxílios à mobilidade limpa*

Para alcançar o objetivo de neutralidade climática até 2050, o Pacto Ecológico Europeu afirmou a necessidade de redução de 90 % das emissões do setor dos transportes. A Comunicação da Comissão

---

<sup>5</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, «Impulsionar uma Vaga de Renovação na Europa para tornar os edifícios mais ecológicos, criar emprego e melhorar as condições de vida», COM(2020) 662 final de 14 de outubro de 2020.

relativa à Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente<sup>6</sup> confirma a ambição do Pacto Ecológico Europeu e fixa diversos marcos para nortear o caminho dos setores na consecução deste objetivo<sup>7</sup>.

Para facilitar a transição para a mobilidade limpa, será possível, ao abrigo das orientações propostas, apoiar a aquisição de veículos de transporte não poluentes (utilizados para o transporte aéreo, rodoviário, ferroviário, em vias navegáveis interiores e marítimo e costeiro de passageiros e mercadorias), incluindo veículos a gás natural, se estes constituírem uma tecnologia de ligação no sentido da mobilidade sem emissões, ou o acondicionamento de veículos de transporte. Além disso, o âmbito de aplicação das orientações será alargado para prever a possibilidade de os Estados-Membros apoiarem a implantação da infraestrutura de carregamento e abastecimento de acesso público necessária para o funcionamento de veículos não poluentes, sem gerar um efeito de evicção dos investimentos privados neste setor.

Em regra, os auxílios são concedidos por meio de procedimentos de concurso competitivos para assegurar que permanecem limitados ao mínimo necessário. No que respeita aos auxílios aos veículos não poluentes, as CEEAG proporcionariam flexibilidade para que os Estados-Membros identifiquem a forma mais adequada de auxílio e permitiriam abranger a totalidade do sobrecusto de propriedade. No que respeita à infraestrutura de carregamento e abastecimento, os Estados-Membros poderão financiar projetos, no máximo, até à totalidade do défice de financiamento.

#### *4.3. Auxílios à eficiência dos recursos e destinados a apoiar a transição para uma economia circular*

O Plano de Ação para a Economia Circular<sup>8</sup>, que visa acelerar a transição da UE para uma economia circular como parte da mudança transformadora promovida pelo Pacto Ecológico Europeu, insta especificamente à integração de objetivos ligados à eficiência dos recursos no contexto da revisão das orientações.

As orientações incluirão uma nova secção relativa à eficiência e circularidade dos recursos, abrangendo os auxílios aos investimentos que melhoram a eficiência dos recursos e à prevenção, à preparação para reutilização ou reciclagem e à reciclagem de resíduos ou outros produtos, materiais ou substâncias.

O cálculo dos custos elegíveis dependerá da identificação de um cenário contrafactual para assegurar que os auxílios continuam a limitar-se à compensação dos custos ambientais. É proposto um método de cálculo alternativo para os casos em que não for possível estabelecer um cenário contrafactual. A intensidade máxima de auxílio será de 40 % dos custos elegíveis, com majorações para as PME, para os investimentos situados em zonas assistidas e para projetos deecoinovação. Também podem ser concedidos auxílios por meio de procedimentos de concurso competitivos.

Os auxílios aos custos de exploração podem ser permitidos a título transitório apenas para a recolha separada e triagem de resíduos ou outros produtos, materiais ou substâncias de fluxos de resíduos ou tipos de resíduos específicos, tendo em vista a preparação para reutilização ou reciclagem.

---

<sup>6</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, «Estratégia de mobilidade sustentável e inteligente – pôr os transportes europeus na senda do futuro», COM(2020) 789 final de 9 de dezembro de 2020.

<sup>7</sup> Incluindo, nomeadamente, a ambição de, até 2030, ter pelo menos 30 milhões de automóveis sem emissões e 80 000 camiões sem emissões em funcionamento nas estradas e de, até 2050, quase todos os automóveis, carrinhas, autocarros e veículos pesados novos serem de emissões zero.

<sup>8</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, «Um novo Plano de Ação para a Economia Circular — Para uma Europa mais limpa e competitiva», COM(2020) 98 final de 11 de março de 2020.

#### *4.4. Outros auxílios ambientais*

##### Redução da poluição

Uma nova secção abrangerá os auxílios à prevenção ou redução da poluição e das emissões distintas das de gases com efeito de estufa (por exemplo, óxidos de azoto, anidrido sulfuroso, ruído, fosfato, etc.).

Para assegurar que os auxílios se destinam a investimentos com um impacto positivo na redução da poluição, será exigido que os Estados-Membros quantifiquem os benefícios das respetivas medidas. Para simplificar o cálculo dos custos elegíveis, as orientações propostas preveem regras alternativas de proporcionalidade se não for possível estabelecer um cenário contrafactual. A intensidade máxima de auxílio será de 40 % dos custos elegíveis, com majorações para as PME e para os investimentos situados em zonas assistidas. Também podem ser concedidos auxílios por meio de procedimentos de concurso competitivos.

Aplicar-se-ão regras específicas aos auxílios sob a forma de autorizações negociáveis.

##### Reabilitação e biodiversidade

O âmbito de aplicação das orientações propostas é alargado para abranger não só os auxílios à descontaminação, mas também os auxílios à reabilitação da natureza e dos ecossistemas, bem como à proteção e restauração da biodiversidade.

As orientações propostas permitem aos Estados-Membros cobrir, no máximo, a diferença entre 100 % destes custos do projeto de descontaminação, reabilitação ou biodiversidade e o aumento do valor do sítio resultante da descontaminação ou reabilitação. Em conformidade com o princípio do «poluidor-pagador», os auxílios não podem ser concedidos à entidade responsável pela prevenção e correção da degradação e contaminação ambiental, salvo se tal for necessário para alargar o âmbito ou reforçar a ambição do projeto de descontaminação ou reabilitação para além das obrigações legais.

##### Reduções de impostos

À luz da autonomia fiscal dos Estados-Membros e para lhes proporcionar flexibilidade na conceção de uma medida sob a forma de reduções de impostos, as orientações propostas contêm uma secção específica que prevê critérios de compatibilidade específicos (por exemplo, simplificados, nomeadamente a isenção do requisito de procedimento de concurso competitivo). Esta secção divide-se em duas subsecções: i) reduções de impostos ou imposições ambientais, necessárias para certos setores com utilização intensiva de recursos (continuação das disposições constantes da secção 3.7.1 das EEAG de 2014), ii) reduções de impostos e/ou de imposições parafiscais, que têm como principal objetivo a proteção do ambiente, ou seja, incentivam os beneficiários a executarem projetos ou a realizarem atividades que resultam na redução da poluição ou do consumo de recursos.

Os auxílios não devem exceder a taxa normal ou o montante de imposto ou imposição que seria normalmente aplicado. Consoante o auxílio se destine ao investimento ou ao funcionamento, são aplicáveis outras garantias específicas.

### **5. Auxílios ao setor da energia**

#### *5.1. Auxílios à segurança do abastecimento de eletricidade*

As orientações propostas preservam em grande medida as regras das EEAG de 2014, incorporando os principais aspetos da legislação setorial e codificando a prática decisória desde 2014 — nomeadamente, clarificando que as orientações também são aplicáveis às medidas de interruptibilidade e congestionamento da rede.

As orientações propostas permitirão aos Estados-Membros tornar as suas medidas de segurança do abastecimento mais ecológicas (por exemplo, estabelecendo limiares de emissões nacionais rigorosos ou incorporando outros critérios ambientais nas respetivas medidas de segurança do abastecimento).

Para reforçar a transparência e incentivar a participação das partes interessadas na conceção destas medidas de apoio complexas, será introduzido um requisito de consulta pública em determinadas circunstâncias.

### *5.2. Auxílios às infraestruturas energéticas*

As regras de auxílios estatais às infraestruturas energéticas funcionam num contexto em que muitas destas, em particular os projetos de maiores dimensões, são cofinanciadas por fundos estruturais da UE. Além disso, prevê-se que um montante significativo das despesas do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) ao abrigo da iniciativa emblemática de reforço da capacidade energética seja designado para projetos de infraestruturas específicos. As orientações propostas reiterariam claramente que só surgem problemas relativos aos auxílios estatais se a infraestrutura funcionar fora dos monopólios naturais e legais dos operadores da rede.

O âmbito de aplicação das orientações propostas alargar-se-ia igualmente a novas categorias de infraestruturas que se tornaram mais proeminentes desde a introdução das EEAG em vigor, como gasodutos reservados ao hidrogénio e a gases renováveis, bem como a novas categorias suplementares de infraestruturas suscetíveis de surgirem nos próximos anos. Os investimentos nessas novas categorias de infraestruturas também seriam avaliados ao abrigo dos princípios gerais de avaliação no que respeita à proporcionalidade e à prevenção das distorções da concorrência.

Por fim, para prevenir o efeito de dependência de instalações das infraestruturas ligadas aos combustíveis fósseis, serão introduzidas garantias suplementares para apoiar os investimentos na infraestrutura de gás natural (por exemplo, terminais de GNL), nomeadamente exigindo que a infraestrutura do gás esteja preparada para o hidrogénio ou que se impeça de outra forma que esta crie um efeito de dependência. As orientações propostas não incluiriam as infraestruturas para outras formas de combustíveis fósseis (nomeadamente o petróleo).

### *5.3. Auxílios a favor do aquecimento e arrefecimento urbano*

No que respeita ao aquecimento e arrefecimento urbano, manter-se-ão as simplificações introduzidas ao abrigo da Comunicação PIES<sup>9</sup> e do Modelo MRR<sup>10</sup>. Estas regras: a) abrem a possibilidade de avaliar a proporcionalidade do auxílio à rede e à fonte de calor tendo em conta o défice de financiamento (ou seja, ignorando as anteriores intensidades de auxílio), e b) clarificam que, se o investimento de modernização não alcançar o nível de eficiência energética, o auxílio pode ser, ainda assim, aprovado, contanto que seja iniciada no prazo de três anos outra modernização para alcançar a eficiência energética.

Também neste caso introduzir-se-á garantias suplementares para impedir o efeito de dependência nos projetos de aquecimento urbano que envolvem combustíveis fósseis. Seguindo a abordagem geral descrita na secção 2, as orientações propostas explicam que não é provável que o apoio à nova produção de calor à base dos combustíveis fósseis mais poluentes seja possível, tendo em conta a ausência de efeitos ambientais positivos e os efeitos negativos suplementares desse apoio. Independentemente da sua probabilidade, poderão ser encontrados efeitos positivos do apoio à

---

<sup>9</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, «Plano de Investimento para Uma Europa Sustentável — Plano de Investimento do Pacto Ecológico Europeu», COM(2020) 21 final de 14 de janeiro de 2020.

<sup>10</sup> [https://ec.europa.eu/competition/state\\_aid/what\\_is\\_new/template\\_RFF\\_district\\_heating.pdf](https://ec.europa.eu/competition/state_aid/what_is_new/template_RFF_district_heating.pdf).

modernização das redes de transporte de calor a partir de centrais de produção à base de combustíveis fósseis, desde que tal não resulte no aumento da produção de energia à base de combustíveis fósseis (por exemplo, estabelecendo ligações a novos clientes).

Para o apoio a projetos de produção de aquecimento urbano que envolvem o recurso ao gás, os Estados-Membros têm de explicar como assegurarão a coerência do investimento com a estratégia global para alcançar a meta da neutralidade climática da União para 2050.

#### *5.4. Auxílios ao encerramento de explorações de carvão, turfa e xisto betuminoso*

O afastamento da produção de energia à base de carvão, turfa e xisto betuminoso é um dos fatores impulsionadores mais importantes da descarbonização no setor da energia da União. As orientações propostas incluirão regras de compatibilidade relativas a dois tipos de medidas de apoio que os Estados-Membros podem tomar para apoiar o encerramento de centrais elétricas que queimam carvão (incluindo carvão de pedra e lenhite), turfa ou xisto betuminoso e, potencialmente, de operações de mineração destes combustíveis (atividades a seguir designadas conjuntamente por «atividades do setor do carvão, da turfa e do xisto betuminoso»).

Uma primeira subsecção diz respeito aos auxílios concedidos pelos Estados-Membros para compensar pelo encerramento antecipado de atividades do setor do carvão, da turfa e do xisto betuminoso, em particular pela perda de lucros. Se possível, o montante dos auxílios definir-se-á por meio de procedimentos de concurso competitivos. Para assegurar que são executados os projetos mais eficazes, será igualmente necessário quantificar o benefício ambiental.

Uma segunda subsecção diz respeito aos auxílios concedidos pelos Estados-Membros para cobrir custos sociais e ambientais excepcionais decorrentes do encerramento de atividades do setor do carvão, da turfa e do xisto betuminoso não competitivas. As categorias de custos elegíveis abrangidas são definidas nas orientações propostas. Os custos decorrentes do incumprimento da regulamentação ambiental e os custos relacionados com a produção corrente não serão elegíveis.

### **6. Auxílios sob a forma de reduções das imposições sobre a eletricidade para grandes consumidores de energia**

A transformação da economia da UE em consonância com o Pacto Ecológico Europeu é parcialmente financiada por meio de imposições sobre o consumo de eletricidade. Neste contexto, é provável que os Estados-Membros continuem a financiar tais políticas por meio de imposições, sendo, portanto, possível que estas imposições aumentem. Determinados setores particularmente expostos ao comércio internacional e altamente dependentes da eletricidade na sua criação de valor podem ver-se perante um grande encargo financeiro no pagamento dessas imposições. Por conseguinte, as EEAG permitiam que os Estados-Membros introduzissem reduções seletivas no pagamento dessas imposições. As orientações propostas continuariam a permitir essas reduções, a fim de corrigir o aumento do risco de deslocalização das atividades de setores elegíveis para fora da União Europeia para locais onde não existam regras ambientais ou estas sejam menos ambiciosas. A Comissão identificou estes setores e introduziu requisitos de proporcionalidade, tendo em conta que, se as reduções forem demasiado elevadas ou atribuídas a demasiados consumidores de eletricidade, o financiamento global do apoio à energia proveniente de fontes renováveis pode ficar ameaçado e as distorções da concorrência e do comércio podem ser particularmente elevadas.

A elegibilidade é determinada com base em limiares de eletrointensidade e intensidade de comércio a nível do setor. Para que um setor seja elegível tem de enfrentar uma intensidade comercial de, pelo menos, 20 % a nível da União e uma eletrointensidade de, pelo menos, 10 % a nível da União. Além disso, a Comissão considera que existe um risco semelhante em setores que enfrentam uma eletrointensidade de, pelo menos, 7 %, e uma intensidade comercial de, pelo menos, 80 %. O limiar da intensidade comercial de 20 % é coerente com as metodologias utilizadas para determinar a lista de



fuga de carbono ao abrigo do Regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE<sup>11</sup> e a lista de setores considerados expostos a um risco genuíno de fuga de carbono devido aos custos das emissões indiretas ao abrigo das orientações relativas aos auxílios estatais no âmbito do RCLE<sup>12</sup>. Além disso, a Comissão considera que só existe um risco significativo de deslocalização das atividades de setores elegíveis para fora da União Europeia decorrente das imposições em causa se o nível cumulativo global dessas imposições (antes de eventuais reduções) alcançar um nível mínimo de custos por MWh.

Para ter em conta o reforço do nível de ambição do Pacto Ecológico e codificar a atual prática decisória da Comissão, o âmbito das reduções será alargado a todas as imposições sociais e de descarbonização. Considera-se que há desvantagem concorrencial dos grandes consumidores de energia, nomeadamente se as imposições sobre a eletricidade alcançarem um determinado limiar mínimo. As imposições reduzidas serão consideradas proporcionadas se as empresas pagarem, pelo menos, 25 % das imposições em causa, mas haveria igualmente a possibilidade de limitar a contribuição própria das empresas a 1,5 % do valor acrescentado bruto. Propõe-se ainda o alinhamento parcial das disposições em matéria de reduções para os grandes consumidores de energia com as orientações CELE, nomeadamente a introdução de condicionalidades ecológicas.

A Comissão procura obter observações especificamente sobre: i) se a metodologia acima descrita é adequada para identificar setores especialmente em risco de deslocalização para fora da União Europeia, atenuando, simultaneamente, os riscos identificados acima no que respeita às distorções da concorrência e das trocas comerciais e à ausência de um nível suficiente de financiamento destinado a apoiar a energia proveniente de fontes renováveis, e ii) qual o nível cumulativo mínimo por MWh das imposições em causa necessário para permitir as reduções.

---

<sup>11</sup> Decisão Delegada (UE) 2019/708 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2019, que complementa a Diretiva 2003/87/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante à determinação dos setores e subsetores considerados expostos ao risco de fuga de carbono no período de 2021 a 2030.

<sup>12</sup> Comunicação da Comissão «Orientações relativas a determinadas medidas de auxílio estatal no âmbito do sistema de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa após 2021», 21 de setembro de 2020, C(2020) 6400 final.